



## Ministério Público



### MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA  
**ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO**

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL  
**MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE**

SUBPROCURADOR-GERAL JUDICIAL  
**SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ**

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
**LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO**

OUIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (INTERINO)  
**JOSÉ ARTUR MELO**

#### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO - PRESIDENTE  
ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

DILMAR LOPES CAMERINO

DENNIS LIMA CALHEIROS

VICENTE FELIX CORREIA

JOSÉ ARTUR MELO

EDUARDO TAVARES MENDES\*

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

MARCOS BARROS MÉRO

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

\*Afastado para exercício de mandato eletivo

#### CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO - PRESIDENTE

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

DILMAR LOPES CAMERINO

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

#### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA  
HUMBERTO PIMENTEL COSTA

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR  
DELFINO COSTA NETO

DIRETOR DO 1º CAO

JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES

DIRETOR DO 2º CAO

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

CHEFE DE GABINETE

ALMIR JOSÉ CRESCÊNCIO

DIRETOR GERAL

CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO

IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO

JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

ARTHUR TAVARES DE CARVALHO BARROS

DIRETORA DE PESSOAL

DILMA ALVES DE QUEIROZ

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMACÃO

MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS

CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA

ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

JANAINA RIBEIRO SOARES

DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA

PRISCILA GONÇALVES TENÓRIO LINS TEIXEIRA

### PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO, DESPACHOU, NO DIA 3 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 2915/2017.

Interessado: Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério Público

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face das medidas adotadas no âmbito desta Procuradoria Geral de Justiça, notadamente a edição da Portaria PGJ nº 1107, de 27 de outubro de 2017, archive-se. Cientifique-se o interessado.

Proc: 4159/2017.

Interessado: Promotoria de Justiça de São Sebastião.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face das providências adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, archive-se.

Proc: 4234/2017.

Interessado: Procuradoria Geral da República.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa:  
□ Administrativo. Pedido de renovação de Acordo de Cooperação Técnica firmado pelo Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado de Alagoas, objetivando agilização de processos investigativos, mediante a utilização do Sistema de Movimentação Bancária (SIMBA). Necessidade de providências junto ao Ministério Público Federal para viabilizar a formalização de Acordo de Cooperação Técnica para concessão do acesso do sistema ao Ministério Público do Estado de Alagoas. Pelo deferimento e ulterior envio dos autos ao setor de elaboração de contratos □.

Proc: 4237/2017.

Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Alagoas/Gabinete da Presidência.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Oficie-se ao interessado, encaminhando cópia da informação da DP. Em seguida, archive-se.

Proc: 4239/2017.

Interessado: Dr. Marllison Andrade Silva, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de averbação de tempo de serviço.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 4246/2017.

Interessado: Dra. Adriana Maria de Vasconcelos Feijó, Promotora de Justiça.

Assunto: Comunicação de exercício.

Despacho: À douta Assessoria Especial da Procuradoria Geral de Justiça.

Proc: 4266/2017

Interessado: Asplage.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À Asplage.

Proc: 4289/2017.

Interessado: Gabinete da Presidência/Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 4305/2017.  
Interessado: Dr. Marcos Barros Méro, Procurador de Justiça.  
Assunto: Encaminhamento de informações.  
Despacho: Em face das providências adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, notadamente a edição da Portaria PGJ n° 1.113/2017, de 1º de novembro de 2017, archive-se.

Proc: 4325/2017.  
Interessado: Gabinete Civil/Estado de Alagoas.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: Oficie-se ao interessado, encaminhando cópia da informação da Diretoria de Programação e Orçamento.

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE, DESPACHOU, NO DIA 3 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 3339/2016.  
Interessado: Procuradoria da República no Estado de Alagoas – 5º Ofício.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 4987/2016.  
Interessado: Silvana Lima Leão.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: Em face das providências adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, determino o arquivamento do feito.

Proc: 5170/2016.  
Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Palmeira dos Índios.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: Em face das providências adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, notadamente o cadastramento de processo no sistema SAJ MP, e a consequente remessa do feito ao órgão de execução descrito no despacho de fl. 57, archive-se.

Proc: 2701/2017.  
Interessado: Dra. Kícia Oliveira Cabral de Vasconcelos, Promotora de Justiça e Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos.  
Assunto: Encaminhamento de informações.  
Despacho: Ciente. Retornem os autos ao interessado para os fins de direito.

Proc: 3810/2017.  
Interessado: Federação dos Trabalhadores nas Indústrias no Estado de Alagoas.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: Em face das providências adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, notadamente o cadastramento de processo no sistema SAJ MP, e a consequente remessa dos feitos aos órgãos indicados no despacho de fl. 5, archive-se.

Proc: 3942/2017.  
Interessado: Joselito Gomes de Vasconcelos.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à 24ª Promotoria de Justiça da Capital. Cientifique-se o interessado.

Proc: 4075/2017.  
Interessado: Conselho Estadual de Saúde.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: Em face das providências adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, notadamente o cadastramento de processos no sistema SAJ MP, e a consequente remessa do feito ao órgão de execução descrito no despacho de fl. 3, archive-se.

Proc: 4280/2017.  
Interessado: 2ª Procuradoria de Contas/Ministério Público de Contas.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: Em face das providências adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, determino o arquivamento do feito.

Proc: 4281/2017.  
Interessado: Joelma Mendes Silva.  
Assunto: Requerimento de certidão.  
Despacho: À DP para informar.

Proc: 4298/2017.  
Interessado: Dra. Adriana Accioly de Lima Vilela, Promotora de Justiça.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À DP para informar.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 3 de novembro de 2017.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima  
Analista do Ministério Público  
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA PGJ n° 1115, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar a Dr. JOMAR AMORIM DE MORAES, 2ª Promotor de Justiça de Palmeira dos Índios, de 2ª entrância, para responder, sem prejuízo de suas atuais funções, pela Promotoria de Justiça de Anadia, durante o mês de novembro do corrente ano. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA PGJ n° 1116, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar a Dr. NAPOLEÃO JOSÉ CALHEIROS CORREIA DE MELO AMARAL FRANCO, 4º Promotor de Justiça de Arapiraca, de 3ª entrância, para responder, sem prejuízo de suas atuais funções, pela Promotoria de Justiça de São José da Tapera, durante o mês de novembro do corrente ano. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA PGJ n° 1117, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. ANDERSON CLÁUDIO DE ALMEIDA BARBOSA, Promotor de Justiça de Viçosa, de 2ª entrância, para responder, sem prejuízo de suas atuais funções, pela 1ª Promotoria de Justiça de Santana do Ipanema, durante o mês de novembro do corrente ano, revogando-se a portaria PGJ. 1114/2017. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA PGJ n° 1118, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE suspender, por interesse do serviço, as férias do Dr. CYRO EDUARDO BLATTER MOREIRA, 39º Promotor de Justiça da Capital, com efeitos retroativos ao dia 1º de novembro do corrente ano. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA PGJ n° 1119, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. GIVALDO DE BARROS LESSA, 58º Promotor de Justiça da Capital, para atuar, conjunta ou separadamente, com a Promotora de Justiça titular, na 24ª Promotoria de Justiça da Capital, até o dia 30 de abril de 2018. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO  
Procurador-Geral de Justiça

## CONVOCAÇÃO N.º 12/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, em face de solicitação contida nos autos do Proc. 4216/2017, CONVOCA, na forma do art. 9º, V, da Lei Complementar nº 15/1996, os Promotores de Justiça dotados de atribuições na área da infância e juventude, o Coordenador do CAOP e o Coordenador do Núcleo da Infância/CAOP, para uma reunião com o Procurador-Geral de Justiça juntamente com o Presidente da Comissão da Infância e da Juventude do CNMP, Conselheiro Leonardo Accioly da Silva, a ser realizada no Auditório Edgar Valente de Lima Filho, no 5º andar do prédio sede do Ministério Público de Alagoas, no dia 9 de novembro do corrente ano, às 11 horas.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 1º de novembro de 2017.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO  
Procurador-Geral de Justiça

## HOMOLOGAÇÃO

O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o despacho de encaminhamento da Seção de Licitações e o parecer da Consultoria Jurídica desta Procuradoria Geral de Justiça no PROCESSO PGJ Nº 2173/2017, resolve HOMOLOGAR o procedimento licitatório do Pregão Eletrônico nº 19/2017, que tem por objeto o registro de preços para a aquisição de peças de equipamentos de informática, destinados ao Ministério Público do Estado de Alagoas, em favor das licitantes vencedoras COMPUSET INFORMÁTICA LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 65.529.489/0001-39, estabelecida na Rua Doutor Luis da Rocha Miranda, 96, Parque Jabaquara, São Paulo/SP, por ter ofertado os valores finais conforme a tabela em anexo, para os itens 1, 2 e 4, totalizando o valor de R\$ 24.531,00 (vinte e quatro mil, quinhentos e trinta e um reais) e JOÃO PAULO DE AQUINO ROCHA, inscrita no CNPJ sob o nº 23.028.759/0001-88, estabelecida na Avenida Brasília, 304, Bairro Universitário, Itaipua/MG, por ter ofertado os valores finais conforme a tabela em anexo, para o item 3, totalizando o valor de R\$ 9.798,00 (nove mil, setecentos e noventa e oito reais), tudo de acordo com o que preceitua a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, o Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o Ato Normativo nº 06, de 29 de agosto de 2005, o Ato Normativo nº 11, de 07 de dezembro de 2005, e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Maceió, 31 de outubro de 2017.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO  
Procurador-Geral de Justiça

Fornecedor: COMPUSET INFORMÁTICA LTDA – ME			
Item	Quantidade	Valor unitário adjudicado	Valor total adjudicado
1	50	R\$ 188,72	R\$ 9.436,00
2	20	R\$ 354,90	R\$ 7.098,00
4	20	R\$ 399,85	R\$ 7.997,00
Valor Total			R\$ 24.531,00

Fornecedor: JOÃO PAULO DE AQUINO ROCHA			
Item	Quantidade	Valor unitário adjudicado	Valor total adjudicado
3	50	R\$ 195,96	R\$ 9.798,00
Valor Total			R\$ 9.798,00

>>>>>>>> DISTRIBUIÇÃO PGJ <<<<<<<<<

AO(S) 03 DIA(S) DO MÊS DE NOVEMBRO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DO SETOR DE PROTOCOLO, ENCAMINHOU ATÉ AS 13:30, OS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:

Proc. 022017000042467  
Interessado: PROCURADORIA DA REPUBLICA NO DISTRITO FEDERAL  
Natureza: AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 1013996-72.2017.4.01.3400  
Assunto: AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 1013996-72.2017.4.01.3400  
Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Proc. 022017000042423  
Interessado: INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DE ALAGOAS - IMA  
Natureza: encaminhar cópia do processo Nº 4903 - 9624/2017  
Assunto: encaminhar cópia do processo Nº 4903 - 9624/2017  
Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Proc. 022017000042445  
Interessado: INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DE ALAGOAS - IMA  
Natureza: encaminhar cópia do processo Nº 4903 - 9629/2017  
Assunto: encaminhar cópia do processo Nº 4903 - 9629/2017  
Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Proc. 022017000042434  
Interessado: INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DE ALAGOAS - IMA  
Natureza: cópia do processo Nº 4903 - 9627/2017  
Assunto: cópia do processo Nº 4903 - 9627/2017  
Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

**Subprocuradoria-Geral Administrativa Institucional**

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE, DESPACHOU, NO DIA 3 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 4294/2017  
Interessado: Dr. Marcos Mero – 9º Procurador de Justiça.  
Assunto: Remetendo informações.  
Despacho: Ciente. À Diretoria de Pessoal, para as providências que o caso requer.

Proc: 4295/2017  
Interessado: Dr. José Arthur – 1º Procurador de Justiça.  
Assunto: Remetendo informações.  
Despacho: Ciente. À Diretoria de Pessoal, para as providências que o caso requer.

Proc: 4308/2017  
Interessado: Dr. Sérgio Jucá – 8º Procurador de Justiça.  
Assunto: Remetendo informações.  
Despacho: Ciente. À Diretoria de Pessoal, para as providências que o caso requer.

Gabinete do Subprocurador-Geral Administrativo Institucional, em Maceió, 3 de novembro de 2017.

ISADORA AGUIAR FERREIRA DA SILVA  
ASSESSORA ADMINISTRATIVA

**Direção-Geral**

PORTARIA DG Nº 79/2017

O Diretor-Geral da Procuradoria Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais e mediante delegação através da Portaria PGJ nº 193, de 24 de Janeiro de 2017, resolve designar o servidor JOSÉ CARLOS BARREIROS BARBOSA FILHO, matrícula nº 825133 como gestor/fiscal de todos os contratos de locação de imóvel mantidos pelo Ministério Público do Estado de Alagoas, a partir da publicação dessa portaria.

Maceió, 3 de novembro de 2017.

CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL  
Diretor-Geral

PORTARIA DG Nº 80/2017

O Diretor-Geral da Procuradoria Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais e mediante delegação através da Portaria PGJ nº 193, de 24 de Janeiro de 2017, resolve designar o servidor, MÁRIO CÉSAR DE ALBUQUERQUE PESSOA, matrícula nº 825380-3 como gestor/fiscal do Contrato nº 40/2017 firmado entre o Ministério Público do Estado de Alagoas e a empresa FIXAR COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E INFORMÁTICA (CNPJ nº 21.575.301/0001-13).

Maceió, 3 de novembro de 2017.

CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL  
Diretor-Geral

## Colégio de Procuradores de Justiça

### Nota Declaratória

Declaro, para os devidos fins, que a 17ª Sessão Ordinária do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, designada para esta data, às 10h, não foi realizada por falta de quórum, devendo a respectiva pauta ser apreciada na próxima sessão regimental. Compareceram os Senhores Procuradores de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo, Dennis Lima Calheiros, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque e Denise Guimarães de Oliveira. Ausente, justificadamente, o Procurador-Geral de Justiça, Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, bem como ausente, por encontrar-se em gozo de férias os Procuradores de Justiça Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto, Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá e Vicente Félix Correia. Do que, para constar, foi lavrada esta nota declaratória, que vai assinada pelo Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional.

Maceió, 3 de novembro de 2017.

Márcio Roberto Tenório de Albuquerque  
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

## Promotorias de Justiça

INQUÉRITO CIVIL – EMISSÃO DE PARTICULADOS - POLUIÇÃO  
ATMOSFÉRICA – MEIO AMBIENTE.

PORTARIA N° 0050/2017/04PJ-Capit

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através do 4ª Promotor de Justiça da Capital, em face de representação formulada pelo Condomínio do Edifício Jakarta, informando poluição atmosférica decorrente da emissão de gases e particulados por uma chaminé do empreendimento denominado CHURASCARIA BEACH PRIME, localizada na Avenida Silvio Carlos Viana, nº 2167 – Ponta Verde, CEP 57035-160, nesta capital gerando forte odor, bem como causando desconforto e agravando problemas alérgicos e respiratórios nos moradores do entorno, e CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações; CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público tomar todas as medidas necessárias para a implementação do equilíbrio ambiental, sejam elas positivas (provocando o Poder Público para a elaboração de planos, controlando a omissão pública e privada), sejam elas negativas (coibindo condutas dos diversos agentes envolvidos que de alguma forma intentem contra seus princípio). CONSIDERANDO que o Poder Público, dentre outras tarefas, tem o dever de combater a poluição em qualquer de suas formas (CF, art. 23, inc. VI); e controlar o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente (CF, art. 225, § 1.º, V). CONSIDERANDO a exigência legal de Licenciamento Ambiental Municipal para as atividades ou empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores ou degradantes do meio ambiente (art. 34 da Lei Municipal nº 4.548, de 21 de novembro de 1996 – Código Municipal de Meio Ambiente de Maceió); CONSIDERANDO a existência de interesse do Ministério Público na apuração dos fatos, com o objetivo de implementação das medidas de âmbito civil preconizadas pelo art. 129, inciso III da Constituição Federal; CONSIDERANDO que a Constituição Federal prevê a sujeição dos degradadores do meio ambiente a imposição de sanções penais e administrativas, além da obrigação de reparar os danos causados (CF art. 225, § 3.º); CONSIDERANDO que a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81, art. 14, § 1.º) prevê a imposição, a todo e qualquer degradador do meio ambiente, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados, independentemente de existência de culpa.;

RESOLVE,

com espeque no art. 129, III, da Constituição Federal; art. 6º, I, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996; art. 2º, II, da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CNMP, instaurar o presente

INQUÉRITO CIVIL,

promovendo as diligências necessárias e passando a adotar as seguintes providências:

1 – comunicação da instauração do presente inquérito civil, através de ofício a ser encaminhado através do SAJ/MP, ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, ao teor do art. 1º, § 2º, da Resolução nº 01/96, da PGJ, bem assim ao Exmo. Diretor do Centro de Apoio Operacional do Ministério Público;

2 – requisição de fiscalização de constatação de dano ambiental ao Exmo. Sr. Secretário Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente - SEDET, com respostas aos quesitos formulados, bem como de informações acerca da adequação do empreendimento com as normas urbanísticas;

3 – juntada aos autos das peças de informação;

4 – designa-se audiência para o dia 2 de MARÇO de 2018, às 9:00 horas, com o objetivo de promover a instrução do presente Inquérito Civil, notificando-se SEDET, investigada e interessado.

Por fim, oficie-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, solicitando a publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na forma do art. 7º da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007.

Registre-se e cumpra-se.

Maceió, 26 de outubro de 2017.

ALBERTO FONSECA  
Promotor de Justiça

Processo SAJ/MP nº09.2017.00000347-4

PROCESSO ADMINISTRATIVO – PROGRAMA DE ATUAÇÃO MINISTERIAL PARA CONSERVAÇÃO DE ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO NO ESTADO DE ALAGOAS – PROJETO DE REINTRODUÇÃO DO MUTUM-DE-ALAGOAS.

PORTARIA N°0003/2017/04PJ-Capit

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através dos órgãos de execução in fine firmados, por conduto do Programa de Atuação Ministerial Para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (ATO PGJ N° 19/2017), e CONSIDERANDO a edição da Resolução do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO CNMP nº 174, de 4 de julho de 2017, que disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e a tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo; CONSIDERANDO o que consta na PORTARIA/SEMARH N° 132/2017,

RESOLVE,

com fulcro no art. 8º, IV, da Resolução do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO – CNMP nº 174, de 4 de julho de 2017, instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, adotando as seguintes providências:

1 – peça-se convite aos participantes do Plano de Ação Estadual de Conservação do Mutum de Alagoas para participarem do próximo Encontro do PAE Mutum a se realizar no dia 16 de NOVEMBRO de 2017, das 9:00 às 12:00 horas, no auditório do Centro de Educação Ambiental Pedro Nardelli, Utinga, município de Rio Largo;

2 - oficie-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, solicitando a publicização da presente portaria, na forma do art. 9º da Resolução CNMP nº 174, de 4 de julho de 2017.

Cumpra-se.

Maceió, 13 de outubro de 2017.

ALBERTO FONSECA  
Promotor de Justiça

STELA VALÉRIA CAVALCANTI  
Promotora de Justiça

MAGNO ALEXANDRE F. MOURA  
Promotor de Justiça

LAVÍNIA SILVEIRA DE MENDONÇA FRAGOSO  
Promotora de Justiça